

**CONV 120/02**

**NOTA INFORMATIVA**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

**Assunto: Grupos de Contacto com a Sociedade Civil**

---

Envia-se em anexo, à atenção dos membros da Convenção, os relatórios das reuniões dos oito grupos de contacto com diferentes sectores da sociedade civil realizadas entre 10 e 18 de Junho de 2002.

**SECTOR SOCIAL**

Presidente: Klaus Hänsch

N.º de participantes inscritos: 105 (74 organizações)

Na manhã de quinta-feira, 13 de Junho, realizou-se uma reunião com os representantes de organizações não governamentais que actuam no sector "social", sob a presidência de Klaus Hänsch, membro do Praesidium da Convenção. Tinham-se inscrito 74 organizações, estando presentes nesse dia cerca de 80 pessoas, 30 das quais usaram da palavra.

Os participantes provinham de um vasto leque de grupos de interesses, o que se reflectiu no âmbito dos assuntos abarcados pelo debate. Klaus Hänsch deu início ao debate, salientando a importância das reuniões dos vários grupos de contacto como uma oportunidade para as organizações da sociedade civil darem o seu contributo aos trabalhos da Convenção. Haveria, para tal, outra ocasião na sessão plenária de 24-25 de Junho, para cuja preparação cada grupo de contacto era convidado a designar um número de representantes para falar em nome do respectivo sector. Klaus Hänsch informou o grupo acerca da organização da sessão plenária.

Esta síntese não é um registo exaustivo de todos os pontos levantados no debate, embora várias questões tenham sido abordadas por vários participantes e seja possível identificar alguns temas como sendo de interesse geral para todo o sector, tais como:

- Diversos oradores preconizaram a plena integração da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado, tendo alguns deles apelado a que o seu âmbito de aplicação seja alargado de modo a incluir questões como o direito à educação.
- Muitos defenderam a ideia de que o papel da sociedade civil, nomeadamente o direito de ser consultada, seja formalmente reconhecido no Tratado.
- Foram feitas referências à utilização crescente do método aberto de coordenação e diversos oradores apelaram no seu reconhecimento formal no Tratado.

- Vários participantes apelaram a um maior equilíbrio entre a política económica e a social, com o reconhecimento explícito no Tratado de uma economia "social" e a inclusão de objectivos como o pleno emprego, a erradicação da pobreza e da exclusão social, e o desenvolvimento sustentável.
- Alguns propuseram que se adopte uma abordagem mais coerente ao processo de Lisboa, com uma sincronização das orientações das políticas económicas e das orientações para o emprego no Conselho Europeu da Primavera. Surgiu também um pedido no sentido de uma maior participação do Parlamento Europeu nestes processos.
- Vários oradores apelaram a mais apoio aos serviços de interesse geral, cooperativas e organizações sem fins lucrativos.
- Foi feito um apelo no sentido de um maior reconhecimento e apoio às famílias e de mais atenção a um melhor tratamento dos migrantes.
- Foram feitos vários pedidos no sentido de serem adoptadas medidas concretas que ponham termo à discriminação com base no sexo e na orientação sexual e à discriminação dos deficientes.
- Vários oradores envolvidos em institutos de investigação científica salientaram a importância da ciência como motor da economia europeia e apelaram a que haja um maior apoio da União à investigação científica fundamental.

O Presidente acolheu favoravelmente os vários contributos, que forneciam elementos substanciais para os trabalhos da Convenção. Teceu observações sumárias sobre alguns pontos específicos, após o que convidou os presentes a designar os oradores que representariam o sector na sessão plenária de 24-25 de Junho.

Acordou-se em que a plataforma social designaria três representantes e que cada um deles usaria da palavra durante cinco minutos. Além disso, as questões da não discriminação seriam abordadas por Mary McPhail, do Lobby Europeu das Mulheres, e as questões económicas e sociais por Rita Kessler, da Associação Internacional do Mutualismo.

**AMBIENTE**

Presidente do Grupo: Giorgos Katiforis

Número de organizações inscritas: 14

Número de participantes inscritos: 20

A reunião foi presidida por Giorgos KATIFORIS, membro do Praesidium da Convenção.

Após uma introdução de Giorgos Katiforis sobre os objectivos e o método do grupo de contacto, foi dada a palavra a David Lawrence, Director da DG Ambiente – Direcção A: Desenvolvimento Sustentável e Instrumentos Políticos, que expôs officiosamente alguns dos projectos e objectivos da Direcção-Geral do Ambiente.

Intervieram depois os representantes das seguintes organizações: Eurogrupo para o Bem-estar dos Animais, Convenção AgriCultural Europeia, Organização Europeia de Proprietários Rurais, Lobby Europeu das Mulheres e Gabinete Europeu do Ambiente.

**Principais propostas apresentadas pelos representantes das organizações:**

**Direitos fundamentais**

1. Incluir os direitos ambientais na Carta dos Direitos Fundamentais, alterando-a de modo a que sejam formulados em termos de direitos.
2. Acrescentar aos direitos fundamentais o direito de acesso a uma alimentação saudável, o direito à informação, o direito a um ambiente e a uma água limpos , o direito aos serviços ambientais e o direito a uma alimentação sem OGM.
3. Inserir no Tratado o conceito de bem-estar dos animais.

### **Missões da União**

1. Manter os objectivos e princípios essenciais para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável, em especial como enunciados nos artigos 2.º, 6.º, 174.º e 228.º do Tratado CE.
2. Rever os objectivos da política agrícola, alinhando o artigo 33.º pelos requisitos da sustentabilidade, da produção de alimentos de qualidade, da protecção da saúde e do ambiente e de um desenvolvimento rural adequado e ponderado.
3. Não elaborar nenhuma lista fixa de competências.
4. Desenvolver conjuntamente uma política agrícola e uma política rural que integrem o conceito de desenvolvimento sustentável e que assegurem a biodiversidade e a gestão dos solos e dos recursos hídricos, passando de um objectivo de produção para um objectivo de desenvolvimento rural.
5. Promover as tradições locais e artesanais, nomeadamente no domínio alimentar, e promover o turismo rural.
6. Abolir o Tratado Euratom.

### **Instrumentos**

1. Substituir a unanimidade pela maioria qualificada com co-decisão para as decisões ambientais, alterando o n.º 2 do artigo 175.º e o artigo 99.º do Tratado CE, tal como para todas as outras matérias.
2. Abrir as portas do Tribunal de Justiça Europeu aos processos relacionados com o ambiente.
3. Incluir no Tratado uma disposição geral que preveja uma participação pública alargada, aberta e atempada.
4. Tornar os requisitos de transparência extensivos a todas as instituições e órgãos da EU.
5. Pôr termo ao sigilo no Conselho, que deveria reunir-se em público.
6. Não atribuir ao Comité Económico e Social mais funções de representação da sociedade civil.
7. Reforçar as actuais instituições: melhorar a transparência e o funcionamento democrático das actuais instituições. Alargar os poderes de co-decisão do PE, assim como o direito (limitado) de iniciativa.

### **Subsidiariedade e competências**

Descentralizar a política agrícola.

---

**MUNDO ACADÉMICO**

Presidente do Grupo: Giuliano Amato

Número de organizações inscritas: 43

Número de participantes inscritos: 65

1. Giuliano Amato, Vice-Presidente da Convenção Europeia, presidiu à reunião do grupo de contacto que congregou representantes do mundo académico e dos círculos de reflexão ("*think tanks*") com vista à preparação da sessão da Convenção de 24 e 25 de Junho próximo, dedicada à auscultação da sociedade civil. Tinham-se inscrito para participar nesta reunião cerca de quarenta organizações (*vide* a lista apensa), trinta das quais estiveram efectivamente representadas.

2. Giuliano Amato afirmou desde logo que se tratava de um primeiro encontro para pôr em contacto as diversas organizações. Incentivou-as a colaborar e a auto-organizar-se durante os trabalhos da Convenção, nomeadamente, reagindo com prontidão aos documentos que saírem desses trabalhos. O Presidente constatou que no grupo de contacto se podiam identificar cinco subgrupos:

- o mundo académico (universidades, centros de investigação, outros agrupamentos *ad hoc*)
- os círculos de reflexão
- os movimentos promotores da ideia europeia, alguns dos quais são compostos por jovens ou estudantes
- as organizações ligadas à investigação científica
- outras ONG da sociedade civil que representam diversos interesses (cidadania europeia, movimento de mulheres, etc. ...) e que muitas vezes participam também noutros grupos de contacto sectoriais.

3. O Presidente sublinhou a importância das competências especializadas proporcionadas pelo mundo académico, bem como do apoio da sociedade civil, para a legitimação do resultado final dos trabalhos da Convenção. Convirá, pois, após a sessão da Convenção de 24/25 de Junho, prever o modo de prosseguir a interacção com a sociedade civil em geral e, eventualmente, com um grupo de contacto oriundo dos meios académicos e dos círculos de reflexão. A composição deste grupo de contacto poderia ser revista em função dos temas abordados. Também poderiam ser convidados peritos para intervir nos grupos de trabalho criados; o Fórum da Convenção continuará, entretanto, a recolher os contributos.

4. Seguidamente, o presidente convidou os participantes a apresentarem a organização ou a rede que representam (por exemplo a rede AGORA ou o CEPS/EPIN), assim como as suas actividades, actuais e futuras, atinentes aos trabalhos da Convenção. Os participantes tiveram também oportunidade de expor globalmente as suas opiniões sobre o funcionamento da Convenção e os diferentes temas que nela são abordados. Destacaremos nesta fase os seguintes pontos:

– Vários participantes abordaram a questão do produto final da Convenção, e em especial do método a seguir para redigir um eventual tratado fundamental e a estrutura da União que este irá consubstanciar. Os representantes do Instituto Universitário Europeu de Florença recordaram a sua experiência em matéria de reorganização dos tratados e disponibilizaram-se para prosseguir os trabalhos, tendo em conta o novo contexto proporcionado pela Convenção. Outros centros universitários ou "*think tanks*" declararam-se também dispostos a contribuir para tal empreendimento, nomeadamente no tocante às questões de natureza mais institucional ou relativas à defesa europeia. Todavia, o Presidente recordou que os recursos financeiros da Convenção eram muito limitados.

– Os participantes referiram-se também à questão de saber como envolver mais os cidadãos no processo constitucional em curso. Vários apoiaram a ideia de se organizar um referendo a nível europeu, para aprovar os resultados da Convenção ou da CIG, ou de distribuir previamente um questionário a todos os europeus sobre o que esperam da União Europeia (à semelhança de uma experiência já realizada na Hungria pelo ECOSTAT). Vários grupos de jovens deram a conhecer as suas iniciativas (por exemplo, a AEGEE, e a "Génération européenne"), nomeadamente a redacção de um manifesto (estudantes internacionais de Ciências Políticas, Paris), ou ainda o seu desejo de verem aumentadas as possibilidades de mobilidade e de formação linguística. Outra ideia avançada foi a de prever nos tratados modalidades de participação sistemática da sociedade civil no processo europeu de decisão.

– Foram levantadas várias questões institucionais, especialmente as respeitantes à função executiva (relação entre a Comissão e o Conselho), à coerência da acção externa, ou ainda à problemática das finanças públicas europeias. Alguns participantes sugerem que se identifique a função legislativa do Conselho e que se generalize o processo de co-decisão.

– As organizações europeias que se dedicam à investigação científica recordaram a importância do papel da investigação e da inovação na sociedade europeia e da sua interacção com o mundo industrial. As organizações intergovernamentais de investigação (EIROForum) sublinham o interesse de uma visão comum – europeia – nesta matéria. O programa GALILEO mostra o caminho para uma colaboração mais estreita entre estas organizações (no caso vertente, a Agência Espacial Europeia) e a Comunidade Europeia, que poderia ser representada mais frequentemente enquanto tal, por exemplo pela Comissão, nessas organizações. No caso da AEE, tal implicaria, indubitavelmente, que a competência da União em matéria de política espacial fosse consignada nos tratados. Por último, foi colocada a tónica na necessidade de mobilidade, não só dos investigadores, mas também dos agentes das instituições europeias e das organizações intergovernamentais de investigação.



– As organizações de mulheres (por exemplo, o Lobby Europeu das Mulheres e a Rede de Cidadãs da Europa) sublinharam a necessidade de se realçar o princípio da igualdade entre os sexos, nomeadamente, mencionando-o no preâmbulo dos tratados e até mesmo criando neles um título novo. Foi igualmente proposto que na Carta dos Direitos Fundamentais fosse inserida uma disposição geral de não-discriminação entre os sexos que os cidadãos pudessem invocar directamente, à semelhança do princípio da não-discriminação com base na nacionalidade.

5. No final desta troca de ideias, Giuliano Amato convidou os participantes a designarem as pessoas do grupo de contacto que usarão da palavra durante a sessão da Convenção de 24 e 25 de Junho próximo. Sugeriu que os participantes se concertassem nos diferentes subgrupos acima identificados, sabendo que disporão de 25 a 30 minutos no total, à semelhança dos outros sete grupos de contacto que representam a sociedade civil. Giuliano Amato propôs também que estivesse representada uma organização oriunda dos países candidatos à adesão.

Ficou decidido que oito pessoas usarão da palavra (cada uma disporá de aproximadamente 3 minutos):

**Mundo académico:**

- Jean-Victor Louis (AGORA e Instituto Universitário Europeu de Florença)
- Florence Deloche-Gaudez (Ciências Políticas, Paris)

**Círculos de reflexão:**

- Kirsty Hughes (Centro de Estudos de Política Europeia / Rede de Institutos de Política Europeia - (CEPS/EPIN)
- Stanley Crossick (Centro de Política Europeia - CPE)

**Movimentos europeus / de jovens**

- Pascale Joannin (Fundação Robert Schuman)

**Investigação científica:**

- Antonio Rodota (Organizações Intergovernamentais Europeias de Investigação EIROForum)

**Movimentos académicos de mulheres:**

- Teresa Freixes (Rede de Cidadãs da Europa)

**Países candidatos:**

- Karoly Lorant (Institute for Economic Analysis and Informatics, Hungria – ECOSTAT)

**CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES**

Presidente do Grupo: Jean-Luc Dehaene

Número de organizações inscritas: 66

Número de participantes inscritos: 94

1. A reunião foi presidida por Jean-Luc Dehaene, Vice-Presidente da Convenção. Estavam inscritos 94 participantes em representação de 66 organizações.  
A maior parte das intervenções centrou-se quer nas questões institucionais, quer nas questões relativas à cidadania e à democracia participativa.
2. No tocante às instituições, as organizações que usaram da palavra preconizaram, nomeadamente:
  - ◆ uma Constituição para a Europa que seja clara e compreensível para os cidadãos
  - ◆ a manutenção do método comunitário e a criação de um sistema de decisão simples e claro
  - ◆ que o Conselho não seja o governo da União, pois é a instituição menos capaz de decidir e que não é responsável perante nenhuma Assembleia europeia eleita
  - ◆ que o Governo da União seja da competência da Comissão, a única capaz de representar o interesse comum dos europeus
  - ◆ a eleição do Presidente da Comissão pelo Parlamento Europeu
  - ◆ o reforço das competências da União no domínio da política económica e social
  - ◆ que a União assuma um papel de co-regulador da globalização
  - ◆ um referendo europeu ou referendos nacionais para aprovar a Constituição Europeia (uma organização opôs-se).

3. No que diz respeito à cidadania e à democracia participativa, as organizações preconizaram, nomeadamente, que sejam consagrados no Tratado:

- ◆ o direito dos cidadãos à informação europeia
- ◆ a Carta dos Direitos Fundamentais
- ◆ a inclusão da "busca do bem comum" entre os objectivos fundamentais da União
- ◆ os princípios do desenvolvimento sustentável, que devem incluir a vertente económica, social e ambiental
- ◆ a organização regular de um "diálogo civil" à imagem do Diálogo Social
- ◆ a democracia paritária
- ◆ a importância dos serviços de interesse geral para a coesão social e no interesse dos cidadãos europeus
- ◆ os princípios da subsidiariedade horizontal
- ◆ o direito dos cidadãos de participarem em todas as fases de elaboração e implementação das decisões europeias, nomeadamente através de consulta, no âmbito de uma verdadeira parceria e de uma avaliação conjunta dos resultados políticos conseguidos
- ◆ o estatuto de associação europeia
- ◆ o reconhecimento do papel das organizações sem fins lucrativos (cooperativas, mútuas, associações).

Além disso, foi pedido que a liberdade religiosa seja integrada na Carta dos Direitos Fundamentais e, por outro lado, que o artigo 13.º contra o racismo e a xenofobia seja reforçado.

4. No final da reunião, foram designados para intervir na sessão plenária:

Fernand HERMAN (Voz Federalista)

Alison WESTON (JEF - Europa)

Charlotte ROFFIAEN (A.C.N. - Fórum da Sociedade Civil)

Maria MIGUEL SIERRA (Rede Europeia contra o Racismo)

Pawel KRZECZUNOWICZ (Gabinete das ONG polacas em Bruxelas).

**REGIÕES E AUTARQUIAS LOCAIS**

Presidente do Grupo: Ana Palacio

Número de organizações europeias inscritas: 18

Número de organizações ou autoridades nacionais inscritas: 138

Número de participantes inscritos: 187

A reunião foi presidida por Ana PALACIO, membro do Praesidium da Convenção. O primeiro interveniente foi Eduardo ZAPLANA, primeiro Vice-Presidente do Comité das Regiões. As organizações europeias representativas das autarquias regionais e locais que apresentaram contributos ao Fórum tiveram oportunidade de apresentar os seus trabalhos na abertura do debate.

**A. Propostas que obtiveram o consenso das organizações**

As organizações **felicitaram** Ana PALACIO pela criação deste grupo de contacto e desejaram unanimemente que ele possa realizar **reuniões regulares** até ao final dos trabalhos da Convenção. Além disso, pedem que a Convenção crie um **Grupo de Trabalho** especialmente dedicado às questões relativas às autarquias regionais e locais.

Eleitos por sufrágio universal, os governos regionais e locais recordaram que fazem parte do sistema de governo da União, tendo na maior parte das vezes a incumbência de implementar a legislação comunitária.

**Direitos fundamentais**

1. Integrar a Carta dos Direitos Fundamentais, sobretudo o seu preâmbulo, no Tratado
2. Ter em conta as regiões e as autarquias locais no artigo 6.º do TCE
3. Integrar no Tratado (de acordo com modalidades a definir) garantias da democracia local, **património comum dos europeus**, e em especial a Carta da Autonomia Local do Conselho da Europa, já assinada e ratificada por todos os países candidatos e pela maioria dos Estados-Membros.

## **Missões da União**

1. Solicitam um Tratado de carácter constitucional que clarifique e precise as missões da União.
2. De entre os objectivos da União, atribuem especial importância à missão de assegurar a coesão económica, social e territorial.
3. Solicitam um instrumento jurídico que facilite a cooperação transfronteiras das autarquias locais dentro da UE e nas suas fronteiras externas.
4. Desejam ver consignada no Tratado uma discriminação positiva para as regiões ultraperiféricas da União.

## **Instrumentos**

5. Todos pedem que sejam abandonadas as legislações demasiado detalhadas, que as autarquias regionais e locais têm depois de aplicar (por exemplo, na Suécia as prefeituras têm de aplicar entre 60% e 70% da legislação comunitária)
6. Todos pedem que, à semelhança da excelente prática actualmente existente na Áustria, se organize sistematicamente uma consulta *ex-ante* numa fase precoce do processo legislativo, no espírito de uma verdadeira parceria entre as instituições e as autarquias regionais e locais. O Tratado deveria tornar obrigatória a consulta em relação a todas as políticas de forte impacto regional ou local ou com consequências financeiras para as regiões e para as cidades. Além disso, deveria ser redigido um "código de consulta" para garantir a transparência e a equidade das práticas. Denunciam as lacunas da consulta através dos Livros Verdes ou Brancos e solicitam que os princípios da boa governação sejam consignados no Tratado.

## Subsidiariedade e competências

7. Solicitam que o art. 1.º do TUE, "ao nível mais próximo possível dos cidadãos", seja por fim efectivamente concretizado;
8. Exigem uma **verdadeira subsidiariedade**, que deverá reconhecer os **quatro níveis** de governação na Europa: europeu, nacional, regional e local;
9. Desejam que seja alterado o art. 5.º do TCE, para que seja reconhecido, no respeito das estruturas internas dos Estados-Membros, o papel das administrações regionais e locais;
10. Desejam que seja alterado o artigo 10.º do TCE, sobre a cooperação leal que deve igualmente ser aplicada às regiões e autarquias locais;
11. Na ausência de uma lista precisa de competências, **consideram sumamente importante** a instituição de um sistema de controlo *ex ante* e *ex post*, e entendem que a melhor garantia de um bom controlo da subsidiariedade é a descrita no ponto 15 *infra*;
12. Solicitam que o Tratado reconheça o "**princípio da conexidade**", conhecido do direito constitucional alemão, segundo o qual o legislador europeu deveria assumir as consequências financeiras das suas decisões ou dar às autarquias locais, quando são elas que devem aplicar as decisões – o que é frequente –, os recursos necessários para o fazerem (ex.: o Conselho Europeu de Lisboa declara que todas as escolas devem estar ligadas à Internet, o que fica a cargo das câmaras municipais);

## Pedidos relativos ao Comité das Regiões

13. Reconhecimento do CDR como instituição da União (na prática, reconhecimento do direito de recurso perante o Tribunal, em defesa das suas prerrogativas);
14. Reequilíbrio da composição do CDR, devido à sub-representação do nível local em algumas delegações;

**B. Pedidos específicos das regiões com poder legislativo (RPL)**

15. Direito de recurso individual das regiões com poder legislativo junto do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (recurso de controlo da legalidade);
16. No mínimo, direito de recurso através do Comité das Regiões (é de salientar que o Tratado de Nice concedeu ao Parlamento Europeu a legitimidade activa);
17. Estatuto especial para as RPL no Tratado / ou proposta LAMASSOURE sobre as "Regiões Parceiras da União";
18. Participação das Assembleias Regionais na COSAC;
19. Participação dos ministros regionais no Conselho, com base no artigo 203.º do TCE.

**C. Nomeação das organizações porta-vozes para a sessão plenária:**

- Assembleia das Regiões da Europa;
  - Associação das Regiões Fronteiriças Europeias;
  - Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa;
  - Conselho dos Municípios e Regiões da Europa;
  - EUROCIDADES.
-

**DIREITOS HUMANOS**

Presidente: António Vitorino

N.º de participantes inscritos: 94 (64 organizações)

1. O grupo de contacto, presidido pelo Comissário António Vitorino, cobriu um amplo leque de assuntos, designadamente os aspectos das políticas internas e externas da União que estão relacionados com os direitos humanos. Inscreveram-se sessenta e quatro organizações (noventa e quatro pessoas) para participar na reunião. Algumas das organizações participantes representam uma rede internacional de organizações mais vasta.
2. Todos os participantes sublinham que a União Europeia é uma União de valores, e que a defesa e promoção desses valores têm de ser colocadas no cerne das políticas da União, tanto a nível interno como a nível externo. Também é amplamente reconhecido que o reforço da transparência e da responsabilidade das instituições, uma maior focalização na igualdade entre homens e mulheres no Tratado CE e nas políticas da União e a intensificação do diálogo com a sociedade civil são de importância primordial quando se trata de pôr em prática os direitos humanos.
3. No que diz respeito aos direitos humanos no âmbito da União Europeia, a grande maioria dos intervenientes defende a incorporação da Carta dos Direitos Fundamentais nos Tratados, para que se torne legalmente vinculativa. Muitos desses intervenientes crêem que o texto da Carta deveria ser alterado por forma a incluir ou a reforçar um certo número de direitos, e que a Convenção se deveria debruçar sobre este assunto. Outros referiram o risco de a reabertura da Carta poder levar a um enfraquecimento do texto, e propuseram que se previsse a possibilidade de rever futuramente o texto, após a sua incorporação.



4. Não basta enumerar direitos; muitos intervenientes estão de acordo em considerar que a defesa concreta dos direitos está dependente de mecanismos eficazes de implementação e controlo, bem como da integração dos direitos humanos em todas as políticas da UE. Neste contexto, alguns apelam à extensão das competências do Tribunal de Justiça, designadamente no âmbito do actual "terceiro pilar". É recomendada por um grande número de participantes a adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (bem como a outros instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos, tais como a Carta Social Europeia revista).
5. No que toca à dimensão externa, alguns intervenientes apelaram a uma política activa e coerente de direitos humanos, baseada nos princípios da universalidade e da indivisibilidade dos direitos fundamentais. As normas internacionais em matéria de direitos humanos devem guiar as relações da União com os países terceiros.

Alguns participantes entendem que se deverá consagrar a devida atenção aos direitos sociais, económicos e culturais, e que estes direitos devem ser reforçados, tanto no enquadramento legal da União como nas suas políticas.

---

**DESENVOLVIMENTO**

Presidente: Henning Christophersen

Co-Presidentes: Anne Van Lancker, Lord Tomlinson, Kimmo Kiljunen

N.º de participantes inscritos: 42 (29 organizações)

- Todos os participantes acolheram favoravelmente a ideia de consultar a sociedade civil através de grupos de contacto e da sessão plenária. Alguns participantes referiram a necessidade de institucionalizar o diálogo com a sociedade civil, embora outros tenham advertido para a necessidade de evitar que este método torne mais lento o processo decisório.
- Necessidade de reforçar a política externa da União e de estabelecer umnexo entre o desenvolvimento e os objectivos da política externa, em termos de objectivos políticos, processo decisório e mecanismos de implementação, a fim de identificar mais claramente a política de desenvolvimento como um dos elementos da política externa da União.
- Necessidade de assegurar a coerência das outras políticas da UE com os seus objectivos em matéria de desenvolvimento.
- O Conselho (Desenvolvimento) não deve ser abolido, pelo menos nesta fase.
- O novo Tratado deve dar tratamento prioritário à erradicação da pobreza.
- Os aspectos sociais devem merecer maior destaque, tanto na dimensão externa como na dimensão interna da União.
- A focalização na democracia e no respeito dos direitos humanos deve estar profundamente enraizada na política de desenvolvimento da UE.
- O Fundo Europeu de Desenvolvimento deve ser incorporado no orçamento comunitário e ser sujeito aos mesmos procedimentos que a restante ajuda ao desenvolvimento da UE.
- A Carta dos Direitos Fundamentais deve ser incorporada no Tratado.

- Todos os participantes manifestaram o seu agrado em verificar a participação dos países candidatos nos trabalhos da Convenção. A presença dos países candidatos cria uma nova situação, não só pelo facto de estarem menos desenvolvidos em termos de rendimento, mas também em termos de política do desenvolvimento. No entanto, esta situação mudará com o tempo, uma vez que a política de pré-adesão também contribui para a formação da política de desenvolvimento destes países.
  - Focalização na igualdade de tratamento e igualdade de oportunidades para homens e mulheres.
  - O Presidente e os Co-Presidentes manifestaram-se disponíveis para continuar o diálogo através dos contributos de membros do grupo de contacto e, em particular, de propostas concretas e específicas relacionadas com as questões suscitadas.
-

**CULTURA**

Presidente do Grupo: Alojz Peterle

Número de organizações inscritas: 53

Número de participantes inscritos: 71

1. Alojz Peterle, membro do Praesidium da Convenção Europeia, presidiu, em 12 de Junho, nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas, a uma sessão de audição ("grupo de contacto") de organizações da sociedade civil activas no domínio da cultura. Foi assistido por Hans van Mierlo, membro efectivo, e por Inese Birzniece, membro suplente. René Van der Linden, membro efectivo, e Ana Palacio, membro do Praesidium, participaram igualmente na totalidade ou em parte das audições. O secretariado foi assegurado pelo Secretariado da Convenção.

2. Para participar nesta audição estavam inscritas 53 organizações (cf. lista de participantes em anexo). Tinham sido escolhidos cinco temas, a fim de ter em conta a diversidade das organizações e das organizações não governamentais representadas nesta audição:

- arte e património;
- cooperação cultural;
- línguas e minorias;
- Igrejas e associações religiosas;
- educação.

3. Na introdução, o Presidente convidou as organizações e ONG presentes a expor a sua apreciação dos temas e questões constantes da Declaração de Laeken, bem como dos abordados no decurso das primeiras sessões da Convenção. Mesmo sem fazer um relato exaustivo das intervenções, é possível fazer ressaltar os seguintes pontos:

- As acções conduzidas pela União no domínio da cultura foram consideradas globalmente insuficientes. Uma acção a nível europeu não prejudica as decisões tomadas a nível nacional, mas completa-as. Convém incentivar as acções que contribuam para aumentar o sentimento de pertença cultural à Europa;
- Muitos intervenientes pediram que a Carta dos Direitos Fundamentais seja integrada no Tratado. Alguns sugeriram que, nessa ocasião, a Carta seja alterada no sentido de passar a incluir uma referência ao direito à cultura ou uma referência dos valores espirituais ou culturais que estão na origem da construção europeia;
- Vários intervenientes manifestaram o desejo de que as disposições pertinentes do Tratado consagradas à cultura (artigo 151.º) sejam mantidas e passem a estar sujeitas à decisão por maioria qualificada (e não por unanimidade acompanhada de processo de co-decisão com o Parlamento Europeu, como acontece actualmente). Diversos intervenientes fizeram notar que as medidas mais importantes adoptadas pela União no domínio da cultura tiveram muitas vezes por fundamento uma base jurídica diferente do artigo 151.º, a fim de contornar, na sua opinião, a obrigação de unanimidade que esse artigo acarreta. Alguns intervenientes manifestaram o seu apego ao Protocolo relativo ao serviço público de radiodifusão nos Estados-Membros, anexo aos Tratados, e manifestaram o desejo de que este seja mantido;
- Muitos intervenientes deploraram que a particularidade dos bens culturais não seja suficientemente tomada em conta nos Tratados europeus. Esses bens não podem ser considerados mercadorias como as outras e devem beneficiar ou continuar a beneficiar de tratamento particular, designadamente no que diz respeito às regras sobre os auxílios de Estado na indústria cinematográfica;
- Os intervenientes que representavam Igrejas ou comunidades religiosas manifestaram o seu apego à Declaração n.º 11 anexa ao Tratado de Amesterdão, relativa ao estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais. Consideraram, ademais, que os valores que unem o continente europeu e se reflectem nos princípios europeus (valores de paz, de liberdade, de dignidade da pessoa humana, de solidariedade, de democracia) muito devem à herança religiosa, e em particular cristã, da Europa. Esta herança e esta filiação não devem ser esquecidas e deveriam figurar nos textos europeus. Um interveniente fez notar, porém, que uma parte cada vez mais importante da população deixou de ter esse património religioso como sistema de referência, e que mencioná-lo levaria a que se criassem divisões na população entre crentes e não crentes;

– Vários intervenientes recordaram a existência de línguas ou culturas minoritárias na União Europeia. O seu lugar deve ser reconhecido, e o seu desenvolvimento deve ser apoiado.

4. No termo das intervenções e dos debates, o Presidente recordou que a sessão da Convenção que decorrerá em 24 e 25 de Junho será consagrada à auscultação da sociedade civil. As organizações activas no domínio da cultura disporão de 25 a 30 minutos para apresentar os seus pontos de vista; seguir-se-á um debate de igual duração com os membros da Convenção. O Presidente convidou as organizações presentes a comunicar-lhe de que forma tencionam usar esse tempo de palavra. No termo de uma breve concertação, ficaram acordadas as seguintes disposições:

- Cooperação cultural, arte e património, educação: 10 minutos, a repartir entre o Sr. von des Gablentz (Europa Nostra) e a Sra. Chabaud (Fórum Europeu para as Artes e o Património);
- Igrejas e religiões: 10 minutos, Sr. Jenkins (Conferências das Igrejas Europeias);
- Línguas e minorias: 5 minutos.

Cada um dos oradores é convidado a ter em conta as sugestões que lhe forem apresentadas pelos participantes relativamente ao teor da sua intervenção perante a Convenção Europeia.

---